

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 143, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011.

"Dispõe sobre medidas permanentes de prevenção contra a dengue e dá outras providências."

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Considera-se para efeitos desta lei as seguintes definições:

I – Imóvel Residencial: aquele que se destina exclusivamente a residência e moradia;

II – Imóvel Comercial: aquele que se destina aos trâmites comerciais de compra e venda;

III – Imóvel Industrial: aquele que se destina à produção e venda;

IV – Imóvel em localidade rural: qualquer imóvel que esteja localizado em áreas consideradas rurais pelo Plano Diretor do Município;

V – Demais imóveis e prestadores de serviço: aqueles que não se enquadram nos incisos anteriores e que ofereçam serviços de manutenção, lazer, depósitos, ou similares;

VI – Armadilha: objeto feito de pneu cortado, cheio d'água, utilizado para detectar a presença do vetor da dengue em localidades ainda não infestadas pelo vetor;

VII – Criadouros: todos os objetos, recipientes, equipamentos, utensílios, dispositivos, vasilhames, pneumáticos, artefatos, acessórios, sucatas, itens arquitetônicos ou construtivos, inclusive os hidráulicos, plantas e outros que, constituídos por quaisquer tipos de materiais e, devido a sua natureza, contenham água em condições de proliferar mosquitos do gênero *Aedes*.

Art. 2º Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, de imóveis com ou sem edificação, localizados no território do Município, são obrigados a adotar as medidas necessárias à manutenção desses bens limpos, sem acúmulo de lixo, entulhos e demais materiais inservíveis, drenados e aterrados no caso de serem pantanosos ou alagadiços, e a evitar quaisquer outras condições que propiciem a presença e a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e febre amarela, ou de qualquer outro gênero e espécie, seja ela transmissora ou não de moléstias ao ser humano.

Art. 3º Os proprietários de imóveis onde haja construção civil, e os responsáveis pela execução das respectivas obras, públicas ou privadas, ficam obrigados a adotar medidas de proteção, respeitadas as normas e posturas municipais, de modo a

evitar acúmulo de água, originadas ou não de chuvas, bem como a realizar manutenção e limpeza dos locais sob sua responsabilidade, providenciando o descarte ambientalmente correto de materiais inservíveis que possam acumular água, esteja a obra em plena execução ou temporariamente paralisada.

Art. 4º Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, de imóveis dotados de piscinas, ficam obrigados a manter tratamento adequado da água, de forma a não permitir a presença ou a proliferação de mosquitos.

Art. 5º Em residências, estabelecimentos comerciais e industriais, terrenos e instituições públicas e privadas, ficam os proprietários, locatários, responsáveis ou possuidores a qualquer título, obrigados a manter os reservatórios, caixas d'água, cisternas ou similares, devidamente tampados e com vedação segura, de forma a não permitir a introdução de fêmeas de mosquitos e, conseqüentemente, sua desova e reprodução.

Art. 6º Nos cemitérios somente será permitida a utilização de vasos, floreiras ou quaisquer outros ornamentos ou recipientes que retenham água, se estiverem devidamente perfurados e preenchidos com areia, evitando a possibilidade de acúmulo do referido líquido.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a apreender, remover e inutilizar os vasos, floreiras, ornamentos ou recipientes mencionados neste artigo que não estiverem devidamente perfurados e preenchidos com areia, de modo a evitar o acúmulo de água.

Art. 7º Os proprietários, locatários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, são obrigados a permitir o ingresso, em seus respectivos imóveis, do agente de saúde ou qualquer outra autoridade sanitária responsável pelo trabalho de controle da dengue, para a realização de inspeção, verificação, orientação, informação, aplicação de inseticida ou qualquer outra atividade específica de combate à dengue.

Parágrafo único. Os agentes de saúde ou autoridade sanitária deverão estar com, no mínimo, crachá de identificação.

Art. 8º A desobediência ou não observância às disposições da presente lei implicará, sucessivamente, nos seguintes procedimentos:

I - lavratura de auto de infração com a determinação ao infrator que regularize a situação no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa;

II - não sanada a irregularidade, será aplicada a multa prevista nesta lei;

III - persistindo a irregularidade, será aplicada nova multa, em dobro;

IV - em se tratando de estabelecimento comercial, persistindo a irregularidade, além das multas, poderá ser cancelada a licença de funcionamento e interditada a atividade.

§ 1º A autuação e conseqüente imposição da multa deverá recair, exclusivamente, sobre o responsável pela real e efetiva guarda, conservação e utilização do imóvel ou estabelecimento.

§ 2º As multas não pagas até a data do vencimento, serão inscritas em dívida ativa.

§ 3º Nas situações de riscos iminentes, a Secretaria de Saúde do Município comunicará o fato ao Ministério Público, para que este adote as medidas cabíveis no âmbito de suas prerrogativas legais.

Art. 9º Além do não atendimento das obrigações previstas nesta lei, constituem infrações:

I - a existência, nos imóveis, de recipientes que possibilitem a existência de *Aedes aegypti*;

II - a recusa, pelo proprietário, locatário, possuidor ou responsável a qualquer título do imóvel, em permitir o ingresso do agente de saúde, bem como qualquer outra autoridade sanitária, para fins de inspeção, verificação, aplicação de inseticida ou qualquer outra atividade específica de combate à dengue.

§ 1º Constatada a presença de lavras de mosquitos em recipientes, serão aplicadas as multas previstas nesta lei.

§ 2º Ocorrendo à recusa prevista no inciso II deste artigo, será aplicada a penalidade de multa no valor correspondente a 10 unidades fiscal do município (UFM).

§ 3º Nos recipientes em que forem encontradas larvas do gênero *Aedes*, mediante confirmação laboratorial, com registro devidamente assinado por técnico, o valor da multa será majorado em 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 10º A Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Eldorado do Sul fiscalizará a aplicabilidade desta lei e aplicará as penalidades nela previstas.

§ 1º As penalidades serão aplicadas, também, nos termos da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

§ 2º Para aplicação das penalidades previstas nesta lei será instaurado Processo Administrativo Sanitário (PAS), garantindo ampla defesa.

Art. 11. Ficam os Agentes de Vigilância em Saúde e as autoridades sanitárias do Município de Eldorado do Sul autorizadas a adentrarem as áreas de imóveis desocupados ou abandonados para encaminhamento de ações de limpeza e remoção de criadouros ou quaisquer outras que objetivem a eliminação do mosquito do gênero *Aedes*.

§ 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a cobrar dos responsáveis pelos imóveis desocupados, abandonados ou terrenos baldios as eventuais despesas decorrentes da limpeza e remoção de criadouros de mosquitos do gênero *Aedes*.

§ 2º Os valores das despesas referidas no parágrafo anterior será definida por Decreto Municipal.

§ 3º Nos imóveis encontrados fechados ou vazios, os agentes deixarão afixados em local visível, ou na caixa de correspondência, aviso por escrito para que o proprietário, morador, locatário ou responsável entre em contato com o setor competente da Secretaria Municipal de Saúde de Eldorado do Sul, no prazo de 5 (cinco)

dias úteis, para ajustar data e horário para a vistoria e execução das diligências necessárias.

§ 4º O agente sanitário poderá adentrar no pátio para visualizar e acompanhar as armadilhas instaladas, a fim de monitoramento do vetor.

§ 5º Os responsáveis pelo imóvel que tiver armadilhas instaladas serão responsáveis pelo zelo do equipamento.

Art. 12º Nos terrenos baldios ou estabelecimentos onde são mantidos ou comercializados materiais recicláveis de qualquer natureza, apontados pela vigilância em saúde do Município como de risco à proliferação de mosquitos, ficam seus proprietários ou responsáveis obrigados a manter os materiais sob cobertura apropriada e aprovada pela autoridade sanitária municipal, respeitadas as demais normas legais aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A desobediência ou não observância das exigências estabelecidas neste artigo implicará, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei, na aplicação de multa no valor correspondente a 10 UFM.

Art. 13. É vedada, sem a prévia autorização do órgão competente do Poder Executivo, a utilização de imóvel para depósito de materiais recicláveis.

Art. 14. Os proprietários ou responsáveis pelas borracharias, comércio e depósitos de pneus, bicicletários, oficinas automotivas, transportadoras ou qualquer estabelecimento que beneficie ou manipule borracha de qualquer natureza, e congêneres, deverão manter cobertura totais para esses materiais, respeitadas as demais normas legais aplicáveis à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água e a consequente proliferação de mosquitos.

Parágrafo único. A desobediência ou não observância das exigências estabelecidas neste artigo implicará, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei, na aplicação de multa no valor correspondente a 10 UFM.

Art. 15. O Poder Executivo, através do serviço de limpeza pública, fica incumbido de remover e destinar, de maneira ambientalmente correta, os pneus e similares que forem depositados irregularmente em terrenos baldios, margens de córregos e represas, glebas ou qualquer área não habitada do Município.

Parágrafo único. Constatada a deposição irregular de pneus e similares, prevista neste artigo, será aplicada ao infrator, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei, multa no valor correspondente a 10 UFM.

Art. 16. Os proprietários ou responsáveis por ferros-velhos, comércio e beneficiamento de aparas, e por estabelecimentos que comercializam sucatas em geral e congêneres, deverão providenciar cobertura adequada ou outros meios, respeitadas as demais normas legais aplicáveis à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água.

§ 1º Os materiais depositados nesses estabelecimentos deverão ser acondicionados distantes 1 (um) metro dos muros limítrofes de qualquer outro imóvel, de forma a permitir o livre acesso para aplicação periódica de inseticida, quando necessário.

§ 2º A desobediência ou não observância das exigências estabelecidas neste artigo implicará, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei, na aplicação de multa no valor correspondente a 10 UFM.

Art. 17. Os proprietários, ou responsáveis, por floriculturas, comércios atacadistas ou varejistas de flores naturais, de vasos, floreiras ou similares, deverão providenciar cobertura adequadas, respeitadas as demais normas aplicáveis à espécie, de forma a impedir o acúmulo de água nos recipientes ali comercializados, ou àqueles que permaneçam apenas para exposição.

§ 1º É proibida a manutenção de pratos ou material similar para a sustentação de xaxins, vasos ou qualquer espécie de planta, exceto se estiverem devidamente perfurados, com, no mínimo, 03 (três) furos e com areia grossa ou produto similar que evite o acúmulo de água.

§ 2º As bromélias, bem como qualquer outra espécie de planta que abrigue águas de chuvas ou de regas, deverão receber tratamento à base de água sanitária na proporção de uma colher de sopa para um litro de água, devendo serem regadas duas vezes por semana.

§ 3º O atendimento da exigência prevista no parágrafo anterior será comprovada perante a equipe municipal de fiscalização da Secretaria de Saúde mediante a constatação da não existência de larvas nestas plantas, ou de qualquer outro instrumento comprobatório, fornecido pela floricultura.

§ 4º As floriculturas e demais estabelecimentos que comercializam bromélias ou qualquer planta, cuja espécie acumule água, terão prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, para criar um adesivo, folder ou qualquer material informativo que sirva para educação e prevenção da dengue no cultivo destas plantas.

§ 5º No ato da venda direta ao consumidor ou quando utilizadas em jardins, essas plantas deverão ser entregues com o material de advertência.

§ 6º A desobediência ou não observância das exigências estabelecidas neste artigo implicará, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei, na aplicação de multa no valor correspondente a 10 UFM.

Art. 18. Os proprietários, possuidores ou responsáveis a qualquer título, de imóveis que estiverem postos à venda ou para locação, ficam obrigados a mantê-los com os vasos sanitários vedados, caixas d'água tampadas e vedadas, ralos externos vedados, piscinas com tratamento à base de cloro, calhas desobstruídas e isentas de qualquer material que possa acumular água.

Parágrafo único. A desobediência ou não observância das exigências estabelecidas neste artigo implicará, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei, na aplicação de multa no valor correspondente a 10 UFM.

Art. 19. Ficam os responsáveis por borracharias, empresas de recauchutagem, recicladoras de sucatas e afins, depósitos de veículos, desmanches, ferros-velhos, empreiteiras de construção civil, estabelecimentos de comércio de materiais de construção e estabelecimentos similares, obrigados a adotar medidas que visem eliminar os criadouros dos vetores citados nesta lei, e compete, ainda:

I – manter os pneus secos e acondicionados em barracões devidamente vedados;

II – responsabilizar-se por encaminhar os resíduos de pneumáticos gerados em seus estabelecimentos a postos de recebimento para que sejam encaminhados ao seu destino final;

III – manter secos e abrigados da chuva quaisquer recipientes, avulsos ou não, suscetíveis à acumulação de água;

IV – manter os pátios de construções ou depósitos de máquinas limpos, de modo a evitar acúmulo de água;

V – promover o nivelamento de construções ou estruturas como calhas ou outras, de modo a evitar acúmulo de água em sua superfície.

Art. 20. A Secretaria Municipal de Saúde de Eldorado do Sul manterá serviço permanente de controle e prevenção da dengue, de acordo com Programa Nacional de Controle da Dengue – PNCD.

Art. 21. As disposições da presente lei poderão ser aplicadas no que couber e de forma supletiva, a legislação federal e estadual, relativa ao tema tratado nesta lei, em especial a Lei Estadual nº 6.503, de 22 de dezembro de 1972, Decreto Estadual nº 23.430, de 24 de outubro de 1974, adotadas através da Lei Municipal nº 3.061, de 11 de maio de 2009.

Art. 22. Nos imóveis que forem encontradas larvas do vetor, após Processo Administrativo Sanitário (PAS), serão aplicadas aos responsáveis dos mesmos as seguintes multas:

I – imóveis residenciais a multa será no valor correspondente a 10 UFM;

II – imóveis comerciais a multa será no valor correspondente a 20 UFM;

III – imóveis industriais a multa será no valor correspondente a 30 UFM;

IV – imóveis rurais a multa será no valor correspondente a 10 UFM;

V – para os demais imóveis a multa será no valor correspondente a 20 UFM.

§ 1º Nos imóveis que possuem piscinas e que forem encontrados *Aedes aegypti*, os responsáveis pelos mesmos terão um acréscimo de 25% nas multas elencadas neste artigo, sendo cumulativa de acordo com a reincidência.

§ 2º Será considerado reincidente aquele que tiver respondido a PAS, pelo mesmo motivo, independente da origem do depósito, no período de 5 (cinco) anos.

Art. 23. Nas residências, nos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, instituições públicas e privadas, bem como em terrenos nos quais existam caixas d'água, ficam os responsáveis obrigados a mantê-las permanentemente tampadas, com vedação segura, impeditiva da proliferação de mosquitos, passíveis das penalidades que cita esta lei.

Art. 24. Quando em situação de alerta epidemiológico, constatar-se a existência de criadouros, nos termos do art. 1º, inciso VII, será considerada infração sanitária sujeitas as sanções desta lei.

Art. 25. A arrecadação proveniente das multas impostas por esta lei será destinada, integralmente, ao Fundo Municipal da Saúde – FMS, devendo ser redirecionada ao financiamento de ações de Vigilância Sanitária, conforme art. 8º da Lei Municipal nº 3.061, de 11 de maio de 2009.

Art. 26. Esta lei entra em vigor a contar de sua publicação.

Eldorado do Sul, 13 de outubro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sigrid Inês Guthmann Pesenatto
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 143, de 13 de outubro de 2011, que “Dispõe sobre medidas permanentes de prevenção contra a dengue e dá outras providências”.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo ajudar as ações de prevenção e eliminação de focos de *Aedes aegypti* no Município de Eldorado do Sul, uma vez que existem dificuldades em combater proliferação do mosquito, visto que alguns moradores impedem que os agentes da Vigilância da Saúde do Município entrem em seus imóveis para averiguação e aplicação de veneno contra o vetor.

Destaca-se que diversos municípios da região metropolitana de Porto Alegre possuem o vetor e alguns casos de circulação viral dentro de seus limites, o que aumenta o risco de epidemia no município.

A presente proposta encontra-se em consonância com a Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Com a proposta ora apresentada, acredita-se que se conseguirá em pouco tempo erradicar a existência de focos do mosquito *Aedes aegypti*.

Sendo assim, e ciente da preocupação que os nobres Edis, também, têm com a saúde de nossos cidadãos, contamos com a costumeira atenção dada por essa Egrégia Câmara Legislativa, no qual aguardaremos manifestação e a conseqüente aprovação deste projeto de lei.

Por fim, aproveitamos o ensejo para enviando nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal